

LEI Nº 2.512 DE 01 DE OUTUBRO DE 2001.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A FIRMAR ACORDO DE
PARCELAMENTO/REPARCELAMENTO
DE DÍVIDA PARA COM O FUNDO DE
GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, APROVOU e eu Prefeito Municipal de Alegre, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º ~~Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a, em nome do Município de Alegre, firmar Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução 325, de 21 de Setembro de 1999, do Conselho Curador do FGTS, da Circular CAIXA nº 182/99, de 11 de novembro de 1999, relativo a dívida havida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, cujo valor na presente data é da importância de R\$ 109.036.11 (cento e nove mil e trinta e seis reais e onze centavos), que será reajustado de acordo com a Sistemática do Sistema CEF/FGE.~~

Parágrafo Único ~~O valor correspondente ao débito será parcelado em 180 (cento e oitenta) meses.~~

Art. 2º ~~O Poder Executivo, para garantia da avença, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), durante o prazo de vigência do ajuste.~~

Art. 3º ~~O Poder Executivo, durante o prazo de Acordo do Parcelamento, consignará, nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.~~

Art. 4º ~~Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 01 de outubro de 2001.

**~~JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA~~ Galéu
— Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

